

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Correio Braziliense Class.: Estatuto do Índio
 Data 23/06/93 Pg.: 14 HIR00452

Comissão ouve ministros

Os ministros da Justiça, Maurício Corrêa, da Saúde Jamil Haddad, das Minas e Energia, Paulino Cícero, e o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), almirante César Flores, foram convocados ontem, pela comissão especial da Câmara dos Deputados, que estuda o Estatuto do Índio, a darem seus depoimentos com vistas a concluir os estudos preliminares daquela comissão para a elaboração final do projeto-substitutivo do Estatuto do Índio.

A informação é do presidente da comissão, deputado Domingos Juvenil (PMDB/PA), segundo o qual tais estudos encontravam-se incompletos, na visão do novo relator da comissão, deputado Luciano Pizzato, uma vez que estes ministros de Estado não haviam sido

ouvidos. "Para o relator da comissão — explica o parlamentar — o depoimento destas autoridades são imprescindíveis na medida em que estes ministérios têm ingerência, direta ou indireta, nas questões que envolvem o índio".

"A Justiça, por exemplo, — completa Juvenil — tem a Polícia Federal e a própria Funai na sua alçada. A saúde indígena, antes sob os cuidados da Funai, já é operacionalizada pelo Ministério da Saúde. Há terras indígenas ricas em minérios e daí a preocupação da comissão com relação à exploração destas terras por mineradoras, onde entra as Minas e Energia e, por fim, terras indígenas ainda por serem em áreas de fronteiras, onde entra a SAE. É um conjunto de informações fundamentais à elaboração conclusiva do Estatuto do Índio". Os ministros, no entanto, segundo Domingos Juvenil, só prestarão seus depoimentos no início de agosto, em função do recesso parlamentar no próximo mês de julho.